

PROPOSTAS DE MOBILIZAÇÃO APROVADAS NO CONSELHO GERAL

- 1** - Realizar Vigília na Praça da Matriz, e combinar pontos pela capital, para trancar as ruas para chamar a atenção da sociedade, pela reposição para os funcionários e pela revisão geral dos salários;
- 2** - Solicitar uma reunião com o CREMERS, para seguir a denúncia da falta de atendimento e das constantes ameaças de descrédito de médicos e hospitais e realizar ato em defesa do IPE Saúde no dia 10/05;
- 3** - Realizar nos Núcleos reunião para discutir e levantar denúncias da sobrecarga de trabalho vivida por diretores, professores e funcionários, para assim, juntar ainda mais elementos para seguir denunciando as condições de trabalho da categoria;
- 4** - Acompanhar o posicionamento das Centrais Sindicais na luta pelo aumento do mínimo regional;
- 5** - Realizar no dia 10 de maio, uma Assembleia Geral específica para reforma estatutária;
- 6** - Realizar Encontros Regionais de professores e funcionários contratados, a partir do mês de maio, para construir um Encontro Estadual garantindo a presença de representantes de todo o Estado;
- 7** - Realizar Encontro para debater os problemas enfrentados pelas escolas indígenas, quilombolas e do campo, abandonadas pelo Governo Leite;
- 8** - Realizar nos Núcleos panfletagem e atividades na CREs, para denunciar o Governo Leite e sua política de devastação da educação pública;
- 9** - Participar das atividades da 25ª Semana em Defesa e Promoção da Educação Pública, propostas pela CNTE.
- 10** - Promover seminário jurídico sobre as questões dos agentes educacionais, esclarecendo sobre carreira (avanços, promoções) Fundeb, Insalubridade, promoção e políticas específicas e também um seminário Estadual de Agentes Educacionais, com a participação do jurídico para tratar das temáticas referentes a categoria (FUNDEB, PLs nacionais, insalubridade (contratos e F9), aumento do básico e demais temas (mínimo 3 representantes por Núcleo);
- 11** - Demandar esclarecimentos da Secretaria de Educação (SEDUC) e investigar o papel dos tutores pedagógicos nas escolas, diante das inúmeras queixas e insatisfações dos professores em relação ao tratamento recebido, às exigências excessivas e à sobrecarga de trabalho, que inclui uma grande quantidade de documentos a serem preenchidos. É crucial promover maior compreensão sobre as responsabilidades dos tutores, a fim de evitar cobranças desnecessárias;

- 12 -** Solicitar concurso e nomeação imediata para todos os cargos de funcionários da educação, com possibilidade de contratos caso o governo não realize o concurso. A terceirização apenas piora a precarização do trabalho;
- 13 -** Cobrar da Secretaria de Educação (SEDUC) a contratação de mais funcionários(as), pois os atuais estão doentes e sobrecarregados e também as escolas de tempo integral que sem RH o suficiente;
- 14 -** Exigir do Governo a criação de medidas e protocolos de segurança nas escolas, visto que isso é um dever do estado, já que a violência nas escolas contra alunos, professores e funcionários(as) vem crescendo cada vez mais. Exigindo, assim, uma política de enfrentamento à violência e o combate ao bullying;
- 15 -** Continuar o Movimento Fora Raquel Teixeira e Fora Leite denunciando os ataques para a educação e seus trabalhadores;
- 16 -** Exigir do governo, por conta da ampliação dos casos de dengue, repelentes para serem distribuídos nas escolas;
- 17 -** Encontros mais frequentes de resistência com objetivo de implementar novas práticas que subvertam o projeto da SEDUC;
- 18 -** Exigir do Estado a nomeação de profissionais da educação especializados para atender a demanda crescente de alunos com deficiência;
- 19 -** Exigir do Estado data base para reajuste salarial dos (as) funcionários (as) de escola da rede pública estadual;
- 20 -** Confeccionar material para o dia 1º de maio com a exploração dos valores da cesta básica, do salário mínimo e do básico dos funcionários de escolas, aumento do ICMS/Governo Leite;
- 21 -** Pressionar a SEDUC para o pagamento das licenças prêmios de quem se aposenta (alguns estão a quase 1 ano aguardando);
- 22 -** Averiguar e denunciar junto as Comissões da Assembleia Legislativa (Comissão de combate ao trabalho escravo e comissão de serviços públicos) o trabalho de funcionários nas escolas sem condições adequadas;
- 23 -** Construção de atividades locais em todos os núcleos paralelas às atividades estaduais para as (os) trabalhadoras (es) que não conseguem ir para Porto Alegre e para a comunidade escolar local;
- 24 -** Realizar em todas as escolas o "Dia da Dedetização da Praga" com a elaboração prévia de materiais para serem utilizados neste dia;
- 25 -** Denúncia dos prejuízos ambientais que vão acontecer a partir da aprovação do Projeto de Lei 151/2023, de autoria do deputado estadual delegado Zucco, que flexibiliza o Código Estadual de Meio Ambiente para permitir a construção de barragens e açudes em Áreas de Preservação Permanente (APP) no Rio Grande do Sul;



26 - Continuar a luta por valorização profissional, por concurso público para funcionárias (os) e professoras (es) e defender a gestão democrática nas escolas;

27 - Acompanhar a implantação das escolas de Turno Integral, denunciando as irregularidades constatadas e a intervenção ilegal da SEDUC;

28 - Moções de apoio

- À greve das universidades e institutos federais.

- À luta do MST pela jornada de Abril, em favor da Reforma Agrária.

- Ao Deputado Glauber Braga/PSOL RJ pelos ataques que vem sofrendo dos fascistas do MBL.

29 - Cobrar da SEDUC a formação da comissão central e comissões regionais de enquadramento e reenquadramento para garantir conforme a lei os devidos percentuais de adicional das escolas, que não são atualizadas desde a sua implantação;

30 - Construir com a Assembleia Legislativa, através de um projeto de lei de iniciativa popular, um plano de recuperação da saúde financeira dos servidores através de repactuação dos consignados com o Banrisul, com prazos e taxas especiais;

31 - Denunciar mais um ataque a gestão democrática que é o fato do calendário pronto, estabelecendo inclusive dias e horários de conselhos de classe.

Porto Alegre, 19 de abril de 2024.

Conselho Geral do CPERS/Sindicato.